

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N° , DE 2021

(Das Sras. Vivi Reis e Tereza Nelma)

Requer a realização de audiência pública para debater o tema "possíveis processos de tombamento dos espaços e edificações relacionados à história e memória das pessoas atingidas pela Hanseníase".

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a V. Ex.^a, ouvido o Plenário deste Colegiado, a realização de audiência pública, para debater o tema "possíveis processos de tombamento dos espaços e edificações relacionados à história e memória das pessoas atingidas pela hanseníase".

Para tanto, solicitamos que sejam convidados os seguintes debatedores:

- 1) Representante do **IPHAN** (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional);
- 2) Representante do **MORHAN** (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase);
- 3) Representante da Secretaria de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência;
- 4) Representante da Defensoria Pública da União (**DPU**);
- 5) Representante do Conselho Nacional de Saúde (**CNS**);
- 6) Uma pessoa atingida pela Hanseníase.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vivi Reis e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211146945400>



texEdit

* C D 2 1 1 1 4 6 9 4 5 4 0 0 *

JUSTIFICAÇÃO

Os espaços relacionados a histórias e memórias das pessoas atingidas pela hanseníase fazem parte de um conjunto de outros espaços que, durante muito tempo, não faziam parte da preservação oficial que sempre estava relacionada à comemoração da memória nacional e às narrativas oficiais do passado.

Não havia lugar para o que se relacionasse à tragédia, à opressão, à dor presentes na história. Com a ampliação do conceito de patrimônio cultural e com lutas de movimentos sociais, amplia-se no mundo a proteção a sítios ligados a esses aspectos da história.

Há um interesse crescente nos chamados “patrimônio da dor” e “patrimônio sensível” populações e grupos sociais que tiveram suas narrativas invisibilizadas e sufocadas.

Como exemplo de bens reconhecidos como patrimônio mundial, tem-se: Hiroshima, Aushwitz, Robben Island (prisão de Nelson Mandela) e Cais do Valongo 2017 (diáspora africana - maior porto de pessoas escravizadas da América Latina).

Sítios de história sensível despertam a memória de eventos traumáticos e dolorosos que revelam a história de violação dos direitos humanos.

No caso dos espaços relacionados à hanseníase, os valores não estão somente em seus aspectos históricos, mas, também, em seus valores simbólicos que sintetizam a tragédia de políticas públicas de saúde equivocadas, que foram ao encontro de uma perspectiva higienista e de “limpeza” de problemas que, na verdade, foram problemas sociais de uma sociedade excludente.

Nos anos 1990, outro conceito foi importante para pensar a preservação que envolve temas do patrimônio e direitos humanos, os chamados “sítios de consciência”: lugares que interpretam a história por meio de um sítio que pode engajar pessoas em programas que estimulem o diálogo sobre questões sociais e que promovam a justiça e a cultura dos direitos humanos.

O tombamento federal e, posteriormente, o reconhecimento internacional pela Unesco, é um caminho fundamental para a história dos brasileiros e para a História.

Garantir o uso desses espaços alinhado às histórias dessas pessoas e a um sentido de reparação, por parte do estado brasileiro – no sentido de que já foram reconhecidas como equivocadas as políticas públicas de saúde que tanto mal trouxeram a essas pessoas.



lexEdit

Significa extravasar a potência desses reconhecimentos como sítios de memória sensível e sítios de consciência.

E contribuir com ações educativas para a formação de gerações com valores de preservação da memória coletiva e de afirmação dos direitos humanos para uma sociedade mais justa, solidária e afetuosa. *“A necessidade de lembrar muitas vezes entra em conflito com a forte pressão para esquecer. Mesmo com as melhores intenções – como promover a reconciliação após eventos de extrema discórdia ao ‘virar a página’ – apagar o passado pode impedir que as novas gerações aprendam lições importantes, além de comprometer para sempre as oportunidades de construir um futuro pacífico”*.

Sem espaços seguros para lembrar e preservar essas memórias, as histórias dos mais velhos, sobreviventes de atrocidades, podem desaparecer depois que eles falecerem, as sociedades que superaram os conflitos podem deixar de buscar a justiça por medo de reabrir velhas feridas, e as famílias dos desaparecidos não poderão jamais achar as respostas.

Mas essas memórias pertencem a todos nós. Suas histórias são as nossas histórias e sua História é a nossa História.

Assim, **solicito aos nobres pares a aprovação deste requerimento**, posto que esta Casa Legislativa é o espaço para acolher todas as demandas da sociedade brasileira.

Sala da Comissão, de de 2021.

Deputada **VIVI REIS**
PSOL/PA

Deputada **TEREZA NELMA**
PSDB/AL



TextEdit



Requerimento (Da Sra. Vivi Reis)

Requer a realização de audiência pública para debater o tema "possíveis processos de tombamento dos espaços e edificações relacionados à história e memória das pessoas atingidas pela Hanseníase".

Assinaram eletronicamente o documento CD211146945400, nesta ordem:

- 1 Dep. Vivi Reis (PSOL/PA)
- 2 Dep. Tereza Nelma (PSDB/AL)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vivi Reis e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211146945400>